



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município da Batalha, nos termos do ponto 2.4. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro e das resoluções do tribunal de Contas n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013 e n.º 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 – *Caracterização da Entidade;*
- 8.2 – *Notas ao balanço e à demonstração de resultados;*
- 8.3 – *Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.*

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de contabilidade das Autarquias locais (POCAL).

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação relativa à identificação e caracterização do Município da Batalha consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derogadas:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustada ao carácter específico da sua atividade.

No exercício económico em análise, não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados não comparáveis com os exercícios anteriores:

Exceto quanto aos efeitos provocados pela consideração do Valor Residual das infraestruturas de rede viária na determinação das amortizações do exercício, nas amortizações acumuladas e nos resultados transitados, os quais serão devidamente explicados na nota 8.2.3, a comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, não se verificando alterações nas políticas utilizadas em exercícios anteriores.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados nas várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados e respetivos fundamentos:

No exercício em análise, ocorreu uma alteração da política contabilística relativamente às amortizações de bens de domínio público, designadamente das infraestruturas da rede viária, com impacto nas contas 59 – Resultados Transitados, 485 – Amortizações acumuladas de bens de domínio público e 665 – amortizações do exercício de bens de domínio público, medida esta aprovada em reunião do executivo através das deliberações nº 2016/0103/D.A.G. de 29 de fevereiro de 2016 e nº 2016/0127/D.A.G. de 14 de março de 2016, nos seguintes termos:

- Com a implementação do POCAL, o Município da Batalha utilizou um critério técnico para valorização da rede viária que melhor se adequou à natureza desses bens, de acordo com a prerrogativa do ponto 4.1.4 do citado diploma. Desconhecendo-se, na altura, o custo de aquisição ou de produção de bens da rede viária devidamente arrolados e inventariados, procedeu-se à aplicação do critério técnico, o qual resultou na valorização da rede viária municipal em 01/01/2002. Caso este critério não fosse exequível, o imobilizado assumia o valor zero até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumiam o valor zero, foram identificados em anexo aos documentos de prestação de contas e justificada essa impossibilidade na nota explicativa 8.2.14. do POCAL. Foi aplicado método das quotas constantes ao processo de amortização do imobilizado de acordo com as taxas constantes no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Na fase inicial de inventariação/avaliação dos bens da rede viária, não foi fixado o respetivo valor residual do bem, sendo este, o valor estimado dos bens no final da sua vida útil.

Considerando o facto destes se manterem operacionais para além do prazo de vida útil considerado no CIBE, verifica-se a necessidade de fixar um valor residual, através de um critério técnico (%), o qual foi aferido com base no custo dos trabalhos de terraplanagem, valetas e outras obras de arte representadas no custo total da rede viária, determinando-se assim um fator percentual de **40,48%**, a aplicar de forma homogénea para o conjunto dos bens da rede viária do concelho da Batalha.

A todos os bens classificados, com o código 401 05 01 – Bens de domínio público – Infraestruturas Rodoviárias, foi atribuída a percentagem de 40,48% sobre o valor de aquisição/avaliação, à data de início de utilização dos respetivos bens.

Tendo em consideração que a rede viária do município até ao ano de 2014 estava a ser amortizada sem a consideração desse valor residual, houve a necessidade de se “recalcular” as amortizações acumuladas até 31/12/2014 tendo em conta o valor residual. Assim, desse processo resultou uma correção para menos às amortizações acumuladas de bens de domínio público no montante de 14.360.634,67 €, tendo como contrapartida um aumento da conta de resultados transitados que foi movimentada por igual montante.

Esta alteração de política contabilística teve também um impacto na diminuição global de 1.186.472,74€ na conta 66 – amortizações do exercício, comparativamente ao exercício económico anterior.

A fórmula de cálculo teve por base o custo médio dos seguintes trabalhos: i) terraplanagem (movimento de terras), no valor de 2,00€/m², ii) custo do saibro (0,30 de H), no valor de 2,50/m²; iii) custo do tout-venant (0,30 de H), no valor de 4,00/m², sobre o custo total de 21,00/m², ou seja, no termo do prazo de amortização (20 anos), a rede viária necessita de parte da intervenção /reposição de camada de desgaste e de regularização, mantendo-se as anteriores sem necessidade de reposição.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do POCAL, a Autarquia, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a valorização dos bens móveis ao custo de aquisição. Antes de 1995, os bens foram arrolados

f

com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procede-se aos respetivos ajustamentos, através da constituição de uma provisão pelo montante da diferença entre o custo de aquisição e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

AMORTIZAÇÕES:

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculados segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (IIª Série). De conformidade com o artº.34º da citada portaria, os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente.

EXISTÊNCIAS:

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS:

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida é transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

DISPONIBILIDADES:

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente.

**PROVISÕES:**

As principais situações que podem gerar a necessidade de registo de provisões são aquelas que se relacionam com: aplicações de tesouraria, cobrança duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobranças duvidosa são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado. Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões foram calculadas de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.
2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos tribunais não tenha ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:

Autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pela qual os proveitos e os custos são reconhecidas quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos diretos relativos ao exercício em relato, cujo seu recebimento apenas ocorrerá no exercício seguinte e outros proveitos que à data do balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se no exercício posterior.

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios futuros. Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativos à remuneração das férias e subsídios de férias.



Na rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município da Batalha recebeu, no âmbito dos apoios comunitários (QREN), os quais, estando associados aos ativos tangíveis, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito.

Na rubrica de custos diferidos são registados os custos a reconhecer nos exercícios seguintes, cuja despesa tenha ocorrido no presente exercício. Salientam-se neste âmbito os custos relativos a seguros e contratos de manutenção de software informático.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira:

Não aplicável

8.2.5 - Situações especiais que afetam o resultado do exercício:

No exercício económico em análise não se verificam situações especiais que afetam o resultado do exercício.

8.2.6 - Explicação das Despesas de Instalação, Investigação e de desenvolvimento

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras, a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 - Despesas de Instalação e na conta 432 - Despesas de investigação e de desenvolvimento.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço, podem ser resumidos no mapa seguinte mapa:


Q.1. Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferên- cias	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3 760,98							3 760,98
Edifícios								
Outras construções e infraestruturas	81 028 695,93						149 859,12	81 177 345,05
Bens do Patrimônio Histórico, artístico e cultural	60 000,00							60 000,00
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	258 210,54		1 615 512,10				-149 859,12	1 723 063,52
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	81 338 647,43		1 615 512,10				0,00	82 954 159,53
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e desenvolvimento								
Propriedade Industrial e outros direitos								
Imobilizações em curso	248 017,85		43 972,60					291 990,35
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	248 017,85		43 972,60					291 990,35
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	879 317,71							879 317,71
Edifícios e outras construções	17 257 137,69						160 166,13	17 367 303,72
Equipamento básico	1 610 184,60		3 193,18			78,64		1 613 304,14
Equipamento de transporte	680 339,43		234 930,00					1 115 269,43
Ferramentas e utensílios	447 622,01		6 736,19			365,24		452 092,66
Equipamento administrativo	1 312 771,83		103 693,66			8 260,94		1 403 179,00
Taras e varilhame								0,00
Outras imobilizações corpóreas	326 625,63						34 695,22	361 120,85
Imobilizações em curso	232 832,83		142 645,01				-134 781,35	240 716,49
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								0,00
Sub-Total	22 846 730,68		420 208,34			8 734,72	0,00	23 328 204,20
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	168 769,08							168 769,08
Obrigações e títulos de participação	660 468,63							660 468,63
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações de tesouraria								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos de dívida pública								
Outros títulos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	717 257,71		0,00					717 257,71
TOTAL	105 150 653,57		2 149 692,94			8 734,72	0,00	107 291 611,79

8.2.8 - Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respectivas amortizações

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas das amortizações do ativo imobilizado constante no balanço estão desagregadas da seguinte forma:


Q.2. Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	,00	,00	,00
Edifícios	4852	,00	,00	,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	49 050 018,87	2 734 818,40	14 360 634,67
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	4855	,00	,00	,00
Outros bens de domínio público	4859	,00	,00	,00
Sub-Total		49 050 018,87	2 734 818,40	14 360 634,67
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	,00	,00	,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	,00	,00	,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1 120 926,66	124 329,30	,00
Outras construções	48222	1 165 988,87	126 406,82	,00
Equipamento básico	4823	1 100 951,09	32 694,82	78,54
Equipamento de transporte	4824	763 842,93	67 438,61	,00
Ferramentas e utensílios	4826	360 472,94	32 446,30	365,24
Equipamento administrativo	4828	1 240 984,10	67 970,40	8 280,94
Taras e vasilhame	4827	,00	,00	,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	232 076,31	25 179,77	,00
Sub-Total		6 065 261,90	485 486,02	,00
De Investimentos em Imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	,00	,00	,00
Outras construções	48122	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	,00	,00	,00
Obrigações e títulos de participação	492	,00	,00	,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	,00	,00	,00
Títulos de dívida pública	4952	,00	,00	,00
Outros títulos	4953	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
Total		55 115 270,57	3 200 084,42	14 360 634,67
				43 945 985,60

8.2.9 – Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção:

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais adotados na reavaliação dos bens do imobilizado:

Não aplicável.

8.2.11 – Mapa discriminativo das reavaliações:

No exercício em análise não existem bens reavaliados.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício:

No exercício em análise não existe registo de imobilizações reversíveis.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira:

No exercício em análise não existem contratos de locação financeira.

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar:

Foram incorporados no inventário municipal, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder à sua valorização patrimonial e cuja listagem faz parte dos documentos de prestação de contas.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização:

A não amortização de bens de domínio público decorre da própria lei (CIBE – Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado grupo homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos e ajardinamentos diversos.

A relação dos bens de domínio público não amortizáveis, consta nos documentos da prestação de contas.

8.2.16 – Entidades Participadas

Designação	Sede	Número Contribuinte	Contribuição Participação	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
					2015	2014
Participações em Entidades Não Societárias						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	499 588,84	650 000 000	-	-
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	4 756	1 965 144	111 659	-104 361
CESAB - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	502883308	-	986 314	-37 634	-15 068
CEPAE - Centro Património da Estremadura	Batalha	503874825	599	33 791		
ADAE - Associação Desenvolvimento Alta Estremadura	Leiria	503725099	3 000			
CMPL - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral	Leiria	508035546	10 000			
MFH – Mosteiros de Portugal	Tomar	509481612	-			
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra	501378669	-	8 980 230	3 004 937	769 536
Enerdura - Agência Regional Energia da Alta Estremadura	Leiria	505074737	998			
Participações em Entidades Societárias						
Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro	Aveiro	502761024	2 640	64 539 369	7 120 555	10 523 184
Mapicentro - Soc. Abate Com.Transf.Carn.Subprodutos	Leiria	501638938	230	601 970	-515 628	-204 981
Águas do Centro Litoral S.A.	Leiria	504864688	77 775	66 805 946	3 813 845	683 657
Valoris - Valorização Trat. Resíduos Sólidos	Leiria	503811866	49 400	12 228 115	1 364 461	922 318
Iserbatalha, E.M.	Batalha	504825461	49 680	84 848	11 244	2 733
Ambibatalha, S.A.	Abrantes	506867781	10 000			

8.2.17 – Elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”

Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de Caixa GEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas;

Outras aplicações financeiras - Não se efetuaram movimentos na conta em questão.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras:

Não se efetuaram movimentos na conta de outras aplicações financeiras.

8.2.19 – Apuramento das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos dos elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimétricos adaptados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

No exercício em análise não se verificaram diferenças materialmente relevantes.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante.

Não aplicável.

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

Durante o exercício de 2015 foram considerados 20.651,16 euros de dívidas relativas aos anos anteriores, cuja cobrança se apresenta duvidosa, não obstante o seu envio para cobrança em sede de execução fiscal. Por outro lado, a Autarquia recuperou 653,29 euros de dívidas registada em cobrança duvidosa de exercícios anteriores.

Q.3. Clientes – Cobrança Duvidosa

Conta	Cliente Designação	Antig.Saldos		Provisões Exercício	S.I.	Provisões			Final
		> 6 m	> 12 m			Aumentos	Reduções	TRF.	
218101	Clientes cobrança duvidosa (>6m)	x				0,00	0,00		0,00
218102	Clientes cobrança duvidosa (>12m)		x	20 651,16	67 622,05	20 651,16	653,29	0,00	87 619,92
TOTAL				20 651,16	67 622,05	20 651,16	653,29		87 619,92

8.2.23 – Valor das dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal da Autarquia:

No exercício em análise não se verificaram dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela Autarquia.

Não aplicável.

8.2.25 – Dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

8.2.26 – Contas de Ordem**Q.4. Contas de Ordem**

Código e Designação das Contas		Saldo Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência anterior	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
93	Garantias e Cauções de Terceiros						
932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas						
9321	Prestadas por Fornecedores de c/c	300 975,68		127 380,63		428 356,31	
9322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1 841 820,28		159 365,03		2 001 185,31	
9323	Prestadas por Outros Credores	2 583 737,87				2 583 737,87	
	Sub total	4 726 533,83		286 745,66		5 013 279,49	
933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas						
9331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
9332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				115 970,16		115 970,16
9333	Devolvidas a Outros Credores				2 342,89		2 342,89
	Sub total				118 313,15		118 313,15
934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
9341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
9342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				1 498,86		1 498,86
9343	Acionadas a Outros Credores						
	Sub total				1 498,86		1 498,86
	TOTAL	4 726 533,83		286 745,66	119 812,01	4 893 467,43	

8.2.27 – Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas**Q.5. Provisões Acumuladas**

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	67 622,05	20 651,16	653,29	87 619,92
292	Provisões para riscos e encargos	246 160,14	0,00		246 160,14
	TOTAL	313 782,19	20 651,16	653,29	333 780,06

O valor registado na rubrica provisões para cobranças duvidosas reporta-se a dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa de serviços prestados pela execução de ramais domiciliários de esgotos, cujos processos se encontram em execução fiscal.

O montante estimado de Provisões para Riscos e Encargos, resultou do relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico, do qual se conclui pela incapacidade de

determinar, para alguns processos, valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças. O valor provisionado para riscos e encargos inclui também um valor relacionado com um diferendo sobre uma fatura (não reconhecida pelo município) da Simlis (atual ACL-Águas do Centro Litoral)

8.2.28 - Fundo Patrimonial:

Q.6. Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	51 061 813,14			51 061 813,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115 000,00			115 000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos				
59 - Resultados Transitados	-13 110 088,32	14 360 634,87	3 202 654,22	-1 952 107,87
88 - Resultado Líquido do Exercício	-2 171 951,22	988 622,84		-1 183 328,38
Total	35 894 773,60	15 349 257,51	3 202 654,22	48 041 376,89

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2015, em cada uma das contas da classe 5 temos:

- A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas – não tendo ocorrido qualquer movimento em 2015.
- A conta 576 – Doações, regista o valor das doações concedidas ao Município da Batalha – não tendo ocorrido qualquer movimento em 2015.
- A conta 59 – Resultados Transitados, teve os seguintes movimentos: aplicação do resultado líquido negativo proveniente do exercício anterior (diminuição de

2.171.951,22 €), alteração do registo contabilístico associado aos contratos de concessão dos parques Eólicos que produzem efeitos plurianuais em função do prazo fixado para a

sua exploração (diminuição de 1.030.703,00 €), e registo do valor relativo ao impacto nas amortizações acumuladas até 31/12/2014, relativamente à alteração da política contabilística relacionada com a consideração de Valor Residual na rede viária (aumento de 14.360.634,67 €).

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Q.7. Custo mercadorias e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	266 635,81
Compras	0,00	179 742,80
Regularizações de existências	0,00	-2 353,40
Existências finais		245 197,06
Custos no exercício	0,00	203 539,95

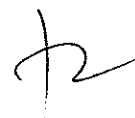
O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Não aplicável no exercício em análise.

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	13 639,79	19 987,98	781	Juros obtidos	6 016,19	9 483,71
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		11,41
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	511 242,72	513 224,32
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	11 948,92	1 384,97
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de apic. tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	1 900,05	1 918,19	787	Ganhos na alienação de apic. tesouraria		
	Resultados Financeiros	513 687,99	502 208,24	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	529 207,83	524 114,41			529 207,83	524 114,41



8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
	Transferências de capital concedidas	289 742,44	204 628,33	791	Restituições de impostos		
691	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
692	Perdas em existências	1 080,68	45,62	793	Ganhos em existências	18 948,72	4 203,68
693	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações	166 547,50	124 032,50
694	Multas e Penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	9 841,14	5 985,26
695	Aumentos da amortizações e de provisões			796	Reduções da amortizações e de provisões	653,29	2 192,69
696	Correções relativas a exercícios anteriores	3 663,59	20 055,65	797	Correções relativas a exercícios anteriores	5 548,93	33 788,32
697	Outros custos e perdas extraordinárias	13 527,93	18 955,61	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	682 226,15	844 710,30
698	Resultados extraordinários	575 750,68	771 227,54				
Total		883 765,73	1 014 912,75			883 765,73	1 014 912,75

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes:

Para além dos relatados na nota 8.2.3., não existem factos relevantes que influenciem a política contabilística adotada e sua comparabilidade com exercícios anteriores.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente:

8.3.1 – Modificações do orçamento da receita e da despesa,;

8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;

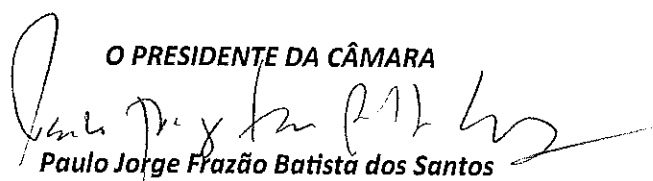
8.3.3 – Contratação Administrativa;

8.3.4 – Transferências e subsídios;

8.3.5 – Aplicação em ativos de rendimento fixo e variável;

8.3.6 – Endividamento.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos